

Projeto: Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica
PN: 12.9077.4-001.00

Consultoria para desenvolvimento de capacidades nos estados da Bahia e Paraná sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima – especialista em economia dos ecossistemas e da biodiversidade e em planejamento de mecanismos financeiros

Consultor: Pedro Gasparinetti (Consultoria Contraponto)

Contrato n°: 83358371

Produto 1: Plano de Trabalho - Bahia

Introdução

Este plano de trabalho descreve a abordagem e as atividades que serão desenvolvidas visando-se a realização de oficinas virtuais de capacitação como parte de um processo de desenvolvimento de capacidades e desenvolvimento de estratégia para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos no estado do Bahia.

Este processo de desenvolvimento de capacidades e desenvolvimento de estratégia tem por objetivo ampliar o acesso à informação, contribuir para melhorar as capacidades de atores chave e identificar atividades para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para investimentos em conservação e o acesso aos mecanismos financeiros disponíveis para políticas e iniciativas de conservação da biodiversidade e enfrentamento da mudança do clima da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

O plano de trabalho detalha as atividades inerentes à confecção dos produtos principais do plano, sendo as mesmas (de modo geral): 1) realizar reuniões de trabalho com equipes técnicas do MMA, GIZ, SEMA e Inema; 2) elaborar o presente Plano de Trabalho; 3) sistematizar informações e preparar material didático das oficinas de desenvolvimento de capacidades; 4) promover e facilitar estas oficinas; 5) assessorar os atores estaduais no desenvolvimento de planos de ação para desenvolvimento de instrumentos econômicos/mecanismos de financiamento; 6) elaborar relatório de fotodocumentação das oficinas; 7) elaborar relatório final com descrição de todo o processo, com lições aprendidas e recomendações.

O plano de trabalho recebeu a contribuição da GIZ, do MMA, e de atores estratégicos dos órgãos ambientais do estado da Bahia, via reuniões, e-mails e outras formas de interação.

Ao se implementar este plano de trabalho, espera-se que as capacidades de atores estaduais para a implementação de mecanismos de incentivo econômico e para a adoção de estratégias de adaptação e mitigação à mudança do clima, com enfoque ecossistêmico, sejam fortalecidas, conforme o componente 2 do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (GIZ/MMA).

Objetivo Geral

As oficinas virtuais de capacitação têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento de capacidades para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos, ampliando o acesso à informação, identificando atividades para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos e o acesso aos recursos financeiros disponíveis para políticas e iniciativas de conservação da biodiversidade e enfrentamento da mudança do clima no estado da Bahia.

Conteúdos básicos das oficinas

Contextualização da necessidade e aplicação de instrumentos de incentivos econômicos para a gestão ambiental.

Instrumentos Econômicos/Mecanismos Financeiros Específicos

- Cotas de Reserva Ambiental (CRA)
- ICMS Ecológico
- Cobrança pelo Uso da Água (em nível estadual)
- Conversão de multas ambientais

Metodologia

O processo será dividido em (1) Oficina Inicial; (2) Oficinas Temáticas; (3) Reuniões de acompanhamento (duas para cada temática); (1) Oficina Final. As oficinas serão divididas em oficinas “gerais” (1 e 6) e “temáticas” (2,3,4 e 5).

Serão realizadas as seguintes oficinas com enfoque temático diferenciado, lideradas por cada um dos especialistas:

- Oficina 1: Introdução a Economia Ambiental e contextualização dos instrumentos econômicos - Especialista perfil A
- Oficina 2: Cotas de Reserva Ambiental (CRA) - Especialista perfil A
- Oficina 3: ICMS Ecológico - Especialista perfil B
- Oficina 4: Cobrança pelo Uso da Água - Especialista perfil B
- Oficina 5: Conversão de multas ambientais - Especialista perfil B
- Oficina 6: Final - Especialista perfil A

As oficinas temáticas serão divididas em dois blocos: (1) Apresentação teórica; (2) Discussão em grupo.

Público alvo: Gestores dos órgãos estaduais envolvidos com os instrumentos econômicos a serem abordados na capacitação e eventualmente de órgãos municipais além de outros atores considerados pelos parceiros do projeto no estado como relevantes, como secretaria de fazenda, planejamento, comitês de bacias, etc.

Assim, será possível fazer convites separados para atores que queiram participar apenas como ouvintes no 1º bloco; e atores que queiram participar ativamente dos dois blocos, assim como dos grupos de trabalho e suas atividades posteriores.

(1) Apresentação Teórica: Os consultores serão responsáveis pela condução e apresentação PowerPoint durante o primeiro bloco. Perguntas pelos participantes poderão ser feitas durante a apresentação. Nas oficinas temáticas, serão convidados especialistas e gestores dos estados ou em nível federal que já estiverem à frente de processos mais avançados para apresentarem suas experiências.

(2) Discussão em Grupo: Este bloco será conduzido pelos consultores, que irão propor “perguntas orientadoras” para a discussão dos grupos e formação de “conceito-base” do **Plano de Ação**.

Preparação para as oficinas: Serão sugeridos textos e videoaulas, disponíveis previamente no Youtube, que trarão conteúdos teóricos que fornecerão material adicional às oficinas para os participantes.

Ferramentas didático-pedagógicas

As oficinas serão virtuais, tendo como base a plataforma *Zoom*. As atividades em grupo serão feitas em salas separadas pelo *Zoom*, com o apoio do *Google Slides*, onde os participantes de cada grupo poderão escrever e compartilhar instantaneamente suas propostas e contribuições para as discussões e dinâmicas. A dinâmica de discussão poderá ser tanto por grupos de trabalho fixo que manterão sua composição ao longo das reuniões de acompanhamento, como por dinâmica do tipo café-mundial, para que sejam colhidos insumos de todos os participantes para todos os temas, caso seja apropriado.

As discussões dos grupos serão guiadas por *perguntas orientadoras*, relacionadas a definições chave, como sobre definições de prioridades, critérios e próximos passos. Suas respostas servirão como base para o desenvolvimento das reuniões de acompanhamento e para o relatório final de atividades. Alguns exemplos de perguntas orientadoras são apresentados a seguir:

- Quais são as modalidades dos instrumentos mais promissores para o Estado? Quais são prioritários?
- Qual é o objetivo do instrumento? Qual é a sua situação atual?
- Quais são os custos e os benefícios do que se oferece?
 - Qual é a linha base e a linha de projeto (adicionalidade)?
 - Participação neste instrumento está condicionada a o que?
 - Quais indicadores podemos ter para: custos, benefícios, processos e resultados?
 - Com calcular o preço do serviço ecossistêmico?
- Para quem “vender” o projeto? Quem são os interessados e os beneficiados? Como “vender”?
- Como implementamos?
 - Quais normas/leis devem ser estabelecidas? De quais leis dependem ou complementam?
 - Quem precisa ser envolvido?
- Quais os principais desafios e gargalos para avançar com o IE?
- O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível? O que seria possível fazer com uma equipe maior?

Os participantes serão divididos em grupos, que darão contribuições em sequência para conjuntos de perguntas. As tarefas para os grupos de trabalho serão práticas e direcionadas para o desenvolvimentos dos Planos de Ação. Os grupos apresentarão as respostas e resoluções sobre as perguntas orientadoras, indicadores e próximos passos que irão compor a estrutura do **Plano de Ação** de cada IE.

Carga Horária (4h por oficina)

Pode haver diferenciação de carga horária e engajamento entre participantes, que será refletida nos certificados de participação (exemplo: 4 horas por oficina ou 2 horas por oficina).

Criação de Grupos de Trabalho - Definição de Participantes

Ao final da primeira oficina (introdutória), serão definidos os grupos de trabalho que serão responsáveis em avançar com a agenda do IE que será abordado nas seguintes oficinas e reuniões.

Pontos Focais: Os pontos focais serão funcionários/gestores dos estados que serão responsáveis por cada IE durante o projeto, pelas apresentações dos estados-da-arte de cada IE nas oficinas temáticas e articulação dos grupos de trabalho antes das reuniões de acompanhamento. Também serão responsáveis por liderar os próximos passos e o desenvolvimento da agenda de cada IE após o término do projeto.

Reuniões de Acompanhamento

Estas reuniões buscarão dar continuidade ao processo iniciado nas oficinas temáticas, dando apoio ao desenvolvimento do Plano de Ação de cada IE pelos membros dos grupos de trabalho.

Oficina 1: Introdução à Economia Ambiental - Contextualização da necessidade e aplicação de instrumentos de incentivos econômicos para a gestão ambiental

Objetivo: Nivelar os participantes sobre o processo de desenvolvimento de capacidades em IE e os conteúdos deste módulo de introdução e orientar sobre o aprofundamento dos conhecimentos teóricos e as atividades que serão realizadas na temática até outubro de 2020.

Ementa: O curso discute questões teóricas e práticas relacionadas a instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima segundo a perspectiva da ciência econômica, abordando: noções de microeconomia, falhas de mercado, intervenções governamentais de regulação do mercado, valoração econômica ambiental, critérios para alocação eficiente de recursos para elaboração e implementação de políticas públicas economicamente eficientes e sustentáveis, exemplos de casos de avaliação econômica e incorporação de instrumentos econômicos em políticas públicas ambientais.

Conteúdo:

Bloco 1: Introdução a microeconomia no contexto dos Instrumentos Econômicos (1 hora)

- Causas econômicas da degradação dos ecossistemas e da biodiversidade
- Noções básicas de Microeconomia: Falhas de Mercado, Padrões de Produção e Consumo, Intervenções governamentais de regulação do mercado,
- Valoração econômica ambiental
- Definição de critérios eficientes para alocação de recursos limitados para elaboração e implementação de políticas públicas economicamente eficientes e sustentáveis
- Instrumentos de Gestão Econômica
 - Direitos de propriedade e criação de mercados
 - Definição de Quantidades, qualidades, preços

Bloco 2: Instrumentos Econômicos e Mecanismos Financeiros (1 hora)

- O que são instrumentos econômicos e mecanismos de financiamento?
 - Para que servem? Quais os principais desafios e potencialidades?

- Introdução à Análise Custo Benefício
- Introdução à Valoração Ambiental
- Quais as principais experiências no país e no estado?
- Critérios e exemplos de casos de avaliação econômica e incorporação de instrumentos econômicos em políticas públicas ambientais.
 - Exemplos de precificação
 - REDD, PGPMBio, Catskill, Compensação Florestal

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none"> ● Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos deste processo e do presente encontro virtual ● Apresentação dos facilitadores, dos participantes e suas expectativas ● Apresentação do processo de capacitação e da metodologia dos trabalhos ● Acordo de convivência 	05 30 10 10
15:00	Apresentação 1: Introdução a microeconomia no contexto dos IE	Exposição dialogada: <ul style="list-style-type: none"> ● Causas econômicas da degradação dos ecossistemas e da biodiversidade ● Noções básicas de Microeconomia: Falhas de Mercado, Padrões de Produção e Consumo, Intervenções governamentais de regulação do mercado, valoração econômica ambiental ● Definição de critérios eficientes para alocação de recursos limitados para elaboração e implementação de políticas públicas economicamente eficientes e sustentáveis ● Critérios e exemplos de casos de avaliação econômica e incorporação de instrumentos econômicos em políticas públicas ambientais 	105
16:15	Pausa para café e água		
16:30	Apresentação 2: Instrumentos Econômicos e Mecanismos Financeiros	Exposição dialogada: <ul style="list-style-type: none"> ● O que são instrumentos econômicos e mecanismos de financiamento? ● Para que servem? Quais os principais desafios e potencialidades? ● Quais as principais experiências no país e no estado? ● Breve histórico das políticas ambientais e principais instrumentos de incentivos econômicos no Brasil e no estado 	60
17:20	Próximos passos	<ul style="list-style-type: none"> ● Discussão em plenária sobre os acordos e próximos passos ● Facilitador apresenta exercício de casa a ser realizado individualmente e em grupo para as etapas seguintes, sendo um exercício para a oficina de cada IE e um para a oficina geral de encerramento 	15 20
17:45	Encerramento		

Oficina 2 – Cotas de Reserva Ambiental (CRA)

Objetivo: Entender aspectos teóricos do instrumento de CRA, analisar o estado atual e gargalos da política em nível federal, assim como os potenciais para o desenvolvimento de política em nível estadual, identificar atividades para sua implementação no estado e acordar plano de atividades.

Ementa: O curso discute questões teóricas e práticas relacionadas a CRA, abordando: Conceitos chave, o que é e como funciona (Adicionalidade e Substitutibilidade); Identidade Ecológica e Valor Ecológico; Análise de Mercados Potenciais de CRA: Preços e Quantidades; Desenho do Mecanismo: Definição de Áreas Prioritárias; Exemplos de programas de CRA estadual (Mato Grosso do Sul - TCRAE); Gargalos e arranjos institucionais necessários.

Antecedentes e Alinhamentos

O estado vem demonstrando interesse no desenvolvimento das CRA, já tendo sido realizado um estudo sobre o potencial do mercado de CRA no estado (CSF, 2016), tendo se interessado na possibilidade de desenvolver um sistema estadual de CRA autônomo seguindo o exemplo do TCRAE do Mato Grosso do Sul.

Já existe uma Regulamentação Estadual de CRA (de 2017 ou 2018), com a definição de que o INEMA seria responsável pela emissão de CRA. Pablo vai checar se há alguma outra instrução normativa a respeito, buscar o histórico junto ao INEMA. Já há uma minuta de regulamentação de para compensação de déficit de RL em UC.

Um objetivo central para o desenvolvimento de CRA na Bahia é a priorização da oferta em áreas de comunidades tradicionais para que estas sejam remuneradas pela conservação de terras. Dado que estas comunidades muitas vezes estão em áreas sem titulação e de conflitos pela posse da terra, uma questão chave a se trabalhar no Plano de Ação é como trabalhar com a regularização fundiária destas áreas para permitir que possam emitir CRA.

Foi acordado que seria importante envolver os seguintes atores desde a primeira oficina: Coasp (Coordenação de Agrosilvopastoril); AIBA (Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia), Diálogo Florestal (Entidades vinculadas à silvicultura), Comunidades tradicionais (SEPROME); Vitor Fernando (CDA- Regularização Fundiária); Ministério Público.

Perguntas Orientadoras para Discussão sobre Desafios e Plano de Ação:

- Quando e como envolver o Ministério Público Estadual?
- Como envolver o setor privado (Associações de produtores rurais) no processo?
- Qual seria recursos para o desenvolvimento de um sistema online de comercialização de CRA?
- Como trabalhar com a priorização de áreas para CRA (Comunidades tradicionais como prioritárias para emitir CRA). Como trabalhar com a regularização fundiária para incluir participação de posseiros?

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none">Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos desta oficinaApresentação da metodologia dos trabalhosAcordo de convivência	05 05 05
14:15	Mesa de conversa: Estado da arte do IE no país e no estado	Exposições dialogadas sobre o IE (uma de outra UF ou nacional e uma sobre o estado atual na Bahia): <ul style="list-style-type: none">Breve históricoPolíticas de Compensação no BrasilPanorama geral de CRA no nível federal e nos estadosQuais os principais desafios e potencialidades para a CRA?Situação no Mato Grosso do Sul - TCRAE	105
16:00	Pausa para café e água		
16:30	Discussão sobre desafios e ações necessárias	Debate aberto com facilitação: <ul style="list-style-type: none">Quais os principais desafios e entraves para o IE avançar no estado?O que precisa ser feito? Quem precisa ser envolvido?O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível?	60
17:30	Próximos passos	Acordo sobre implantação do Plano de Ação	15
17:45	Encerramento		

Oficina 3 – ICMS Ecológico

Objetivo: Analisar o estado atual do instrumento de ICMS-Ecológico, identificar atividades para o aperfeiçoamento de sua implementação no estado e acordar plano de atividades.

Ementa: O curso vai analisar o desenho do ICMS-Ecológico em diferentes estados. O que se pode aplicar com base no que foi feito em outros estados. Como calcular o potencial de incentivo para diferentes municípios.

Antecedentes e Alinhamentos:

O ICMS Ecológico, mecanismo de redistribuição fiscal dos recursos do ICMS a municípios, ainda não foi implementado no estado da Bahia. Segundo Novaes e Pires (2020), os projetos de lei estadual que propõem a instituição do conhecido como ICMS Ecológico no estado da Bahia (PLCE n. 76/2006 e PLE n. 15.502/2006), acabariam por fomentar “incentivos perversos” contra ações de proteção ambiental pelos municípios, pois favorecem maior destinação de ICMS-E a municípios que promovem intensificação de atividades econômicas do que em decorrência da adoção de políticas públicas favoráveis ao meio ambiente; segundo os autores, isto se deve ao fato dos projetos de lei considerarem maior peso para critérios de distribuição pelo Valor Adicionado do que para critérios de desempenho ambiental. Atualmente a SEPLAN-BA também está tratando dos temas de proposição legislativa e implementação deste instrumento econômico, sendo importante envolver esta secretaria nesta oficina.

Referência: NOVAES, D.S.; PIRES, M.M. **ICMS Ecológico: análise de alternativas para sua implementação no estado da Bahia**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, MG, v.32, p. 291-307, 2020

Perguntas Orientadoras para Discussão sobre Desafios e Plano de Ação:

- Qual é o status atual da discussão sobre ICMS-E na Bahia?
- É possível implementar um sistema de ICMS-E similar ao que está implementado no Paraná (primeiro estado do Brasil a instituir o mecanismo, em 1991)
- Como calcular o potencial de arrecadação adicional para municípios?

Indicativos para o Plano de Ação

Uma meta possível para desenvolvimento de Plano de ação que subsidie a instituição do ICMS Ecológico na Bahia seria a revisão dos projetos de lei existentes e a proposição de minuta de novo projeto de lei, que efetivamente favorecesse políticas municipais ambientais, notadamente aquelas relacionadas à criação e manutenção de Unidades de Conservação públicas e privadas.

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos desta oficina • Apresentação da metodologia dos trabalhos • Acordo de convivência 	05 05 05
14:15	Mesa de conversa: Estado da arte do IE no país e no estado	Exposições dialogadas sobre o IE (uma de outra UF ou nacional e uma sobre o estado atual na Bahia): <ul style="list-style-type: none"> • Breve histórico • Panorama geral no Brasil e da situação em um estado • Estado da arte do IE no estado da Bahia (marco regulatório, aplicação, estudos executados, desafios e oportunidades) • Quais os principais desafios e potencialidades? 	50
16:00	Pausa para café e água		
16:30	Discussão sobre desafios e ações necessárias	Debate aberto com facilitação: <ul style="list-style-type: none"> • Quais os principais desafios e entraves para o IE avançar no estado? • O que precisa ser feito? Quem precisa ser envolvido? • O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível? 	60
17:30	Próximos passos	Acordo sobre implantação do Plano de Ação	15
17:45	Encerramento		

Oficina 4 – Conversão de Multas Ambientais

Objetivo: Analisar o estado atual do instrumento de Conversão de Multas Ambientais, identificar atividades para o aperfeiçoamento de sua implementação no estado e acordar plano de atividades.

Ementa: A oficina deverá contar com participação de técnicos do IBAMA, ICMBio e da SIMA-SP envolvidos com a operacionalização da Conversão de multas em nível federal e estadual, além de técnicos da SEDEST-PR e IAT-PR, para benchmarking e intercâmbio sobre implementação do instrumento. Será, portanto, uma oficina integrada de técnicos da SEMA-BA e INEMA com técnicos de outros órgãos ambientais, atendendo também à demanda do estado do Paraná sobre o desenvolvimento deste instrumento.

Antecedentes e Alinhamentos:

O instrumento de Conversão de multas ambientais em “serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” vem sendo usualmente aplicado no estado pela coordenação de Fiscalização do INEMA, seguindo as determinações da Lei estadual 10.431/2006 e Decreto 14.024/2012, que regem a política ambiental da Bahia, principalmente por meio de Termos de Compromisso. Existem projetos de expressivo valor financiados pelo dispositivo, como a Revitalização da Microbacia do Rio Utinga e APA Marimbus/Iraquara, na Chapada Diamantina (R\$1,5 milhão em recursos aplicados).

Mas este processo não é feito de forma sistemática, até porque a legislação estadual define que a iniciativa de buscar este instrumento deve ser do autuado, e não promovida pelos órgãos ambientais. Mas frente a um número crescente de pedidos para Conversão de multas, percebe-se a necessidade de estabelecer um fluxograma de procedimentos que uniformize a aplicação deste instrumento. Não existem procedimentos administrativos para definição de projetos elegíveis e nem para ações de conciliação com infratores ambientais, que estimulem a resolução de passivos legais por meio do dispositivo de conversão de multas. Segundo a coordenação de fiscalização do INEMA, uma minuta de um fluxo de procedimentos para a Conversão de multas ambientais estava em processo de construção pela assessoria técnica da Diretoria geral da SEMA, por isso os mesmos devem ser envolvidos no processo de aperfeiçoamento do instrumento.

Perguntas Orientadoras para Discussão sobre Desafios e Plano de Ação:

- O que é possível aprender pela experiência do IBAMA e de outros estados (como São Paulo)?
- É interessante a criação de núcleos de conciliação no estado? O que é possível aprender pela experiência do IBAMA e de outros estados (como São Paulo)?

Indicativos para o Plano de Ação

A meta inicialmente sugerida é a sistematização de procedimentos para sistematização e aceleração de procedimentos para Conversão de multas ambientais, buscando partir de proposição que a assessoria técnica da Diretoria Geral da SEMA já começou a elaborar.

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none">Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos desta oficinaApresentação da metodologia dos trabalhosAcordo de convivência	05 05 05
14:15	Mesa de conversa: Estado da arte do IE no país e no estado	Exposições dialogadas sobre o IE (nível estadual (SP), federal (IBAMA) e status atual na Bahia e no Paraná): <ul style="list-style-type: none">Breve históricoPanorama geral no Brasil e da situação em um estadoEstado da arte do IE no estado da Bahia (marco regulatório, aplicação, projetos executados, desafios e oportunidades)Estado da arte do IE no estado do ParanáQuais os principais desafios e potencialidades?	105
16:00	Pausa para café e água		
16:30	Discussão sobre desafios e ações necessárias	Debate aberto com facilitação: <ul style="list-style-type: none">Quais os principais desafios e entraves para o IE avançar no estado?O que precisa ser feito? Quem precisa ser envolvido?O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível?	60
17:30	Próximos passos	Acordo sobre implantação do Plano de Ação	15
17:45	Encerramento		

Oficina 5 - Cobrança pelo Uso da Água

Objetivo: Analisar o estado atual do instrumento de cobrança pelo uso da água, identificar atividades para o aperfeiçoamento de sua implementação no estado e acordar plano de atividades.

Ementa: A oficina deverá contar com participação de técnicos do IBAMA, ICMBio e da SIMA-SP envolvidos com a operacionalização da Conversão de multas em nível federal e estadual, além de técnicos da SEMA-BA e INEMA, para benchmarking e intercâmbio sobre implementação do instrumento. Será, portanto, uma oficina integrada de técnicos da SEDEST e IAT com técnicos de outros órgãos ambientais, atendendo também à demanda do estado da Bahia sobre o desenvolvimento deste instrumento.

Antecedentes e Alinhamentos:

A Política Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (Lei 11.612/2009) já traz um enfoque voltado à conservação de ecossistemas aquáticos, pois indica, entre seus objetivos: “I - assegurar que os recursos hídricos sejam utilizados pelas atuais e futuras gerações, de forma racional e com padrões satisfatórios de qualidade e de proteção à biodiversidade”. A Cobrança pelo uso da água em nível estadual está regulamentada pela resolução CONERH 110/2017, porém o IE não foi implementado em nenhum comitê de bacia estadual. O comitê mais adiantado neste processo (com estudo técnico e encaminhamento de proposição de modelo de cobrança para o Conselho estadual de Recursos Hídricos-CONERH) é o Verde-Jacaré. Outros comitês que iniciaram discussões/estudos são Recôncavo Norte, Verde Grande e

Paraguaçu. Existiu entre 2017-2018 um Grupo de trabalho (SEMA/INEMA) destinado a buscar resolver gargalos da Cobrança e trazer soluções para sua operacionalização, buscando principalmente agilizar o repasse de recursos do FERHBA para os comitês. Uma minuta de regulamentação chegou a ser produzida por este grupo.

Indicativos para o Plano de Ação

Uma meta possível para um Plano de ação para a Cobrança pelo uso da água na Bahia seria atingir a retomada e eventualmente a aprovação pelo CONERH da cobrança no comitê Verde-Jacaré (onde o processo está mais adiantado), o que ajudaria também a apontar o caminho de implementação para outros comitês.

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none"> Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos desta oficina Apresentação da metodologia dos trabalhos Acordo de convivência 	05 05 05
14:15	Mesa de conversa: Estado da arte do IE no país e no estado	Exposições dialogadas sobre o IE (uma de outra UF ou nacional e uma sobre o estado atual na Bahia): <ul style="list-style-type: none"> Breve histórico Panorama geral no Brasil e da situação em um estado Estado da arte do IE no estado da Bahia (marco regulatório, aplicação, estudos executados, desafios e oportunidades) Quais os principais desafios e potencialidades? 	105
16:00	Pausa para café e água		
16:30	Discussão sobre desafios e ações necessárias	Debate aberto com facilitação: <ul style="list-style-type: none"> Quais os principais desafios e entraves para o IE avançar no estado? O que precisa ser feito? Quem precisa ser envolvido? O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível? 	60
17:30	Próximos passos	Acordo sobre implantação do Plano de Ação	15
17:45	Encerramento		

Oficina 6 - Final

A oficina final tem como objetivo a apresentação das propostas dos Planos de Trabalho para cada IE, que terão sido desenvolvidos com base nas perguntas orientadoras e discussões feitas durante as oficinas temáticas e reuniões de acompanhamento.

Os pontos focais de cada IE apresentarão as propostas de Planos de Ação, lições aprendidas e desafios. Após cada apresentação, será aberta uma discussão com os demais participantes para tirar dúvidas e validar o processo.

Programação

Horário	Atividade	Conteúdo/método	Duração
14:00	Introdução	<ul style="list-style-type: none"> Boas vindas dos organizadores e apresentação dos objetivos desta oficina Acordo de convivência 	05 05 05
14:15	Discussão sobre tarefas desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> Facilitador retoma os trabalhos de casa acordados na Oficina 1 Apresentação da metodologia dos trabalhos 	15
14:30	Progressos e desafios dos grupos CRA e ICMS-E	<ul style="list-style-type: none"> Ponto Focal de cada IE apresenta as propostas dos Planos de Ação, com foco nos desafios e avanços e próximos passos. Participantes apresentam reflexões e questionamentos 	45
16:15	Pausa para café e água		
16:30	Progressos e desafios dos grupos Cobrança Uso de Água e CdM	<ul style="list-style-type: none"> Ponto Focal de cada IE apresenta as propostas dos Planos de Ação, com foco nos desafios e avanços e próximos passos. Participantes apresentam reflexões e questionamentos 	60
17:30	Avaliação e palavras finais	Avaliação das atividades e considerações finais	15
17:45	Encerramento		

Cronograma de atividades

Foram definidas em comum acordo as datas das oficinas e faz-se aqui uma sugestão de datas de reuniões de acompanhamento dos Grupos de trabalho (dois encontros por instrumento econômico). Apesar de não haver muito espaço para mudanças dentro do cronograma previsto pelo TdR, as datas podem mudar conforme a avaliação de disponibilidade dos participantes.

- Oficina 1: Introdução à Economia Ambiental - 26/8
- Oficina 2: Cotas de Reserva Ambiental (CRA) - 28/8
- Oficina 3: ICMS Ecológico - 2/9
- Oficina 4: Conversão de Multas Ambientais - 3/9
- Oficina 5: Cobrança pelo Uso da Água - 8/9
- Reunião de acompanhamento GT Cotas de Reserva Ambiental (1): 9/9
- Reunião de acompanhamento GT ICMS Ecológico (1): 10/9
- Reunião de acompanhamento GT Conversão de Multas Ambientais (1): 15/9
- Reunião de acompanhamento GT Cobrança pelo Uso da Água (1): 17/9
- Reunião de acompanhamento GT Cotas de Reserva Ambiental (2): 22/9
- Reunião de acompanhamento GT ICMS Ecológico (2): 22/9
- Reunião de acompanhamento GT Conversão de Multas Ambientais (2): 24/9
- Reunião de acompanhamento GT Cobrança pelo Uso da Água (2): 24/9
- Oficina 6 - Final: 28/9

PRODUTOS

Produto 1

- Plano de trabalho, incluindo metodologia, cronograma de atividades e proposta para as oficinas de desenvolvimento de capacidades sob sua responsabilidade, incluindo ementa, conteúdo, metodologia e ferramentas didático-pedagógicas
- Prazo de entrega: 04.08.2020

Produto 2

Documento contendo:

2.A: Material didático com o conteúdo das oficinas de desenvolvimento de capacidades no formato de apresentações, incluindo exposições, mesas de discussões e propostas iniciais de Plano de ação a serem aplicados.

2.B: Arquivos com informações secundárias relevantes no tema para entrega aos participantes, organizados em pastas temáticas.

- Prazo de entrega: 19.08.2020

Produto 3

Foto-documentação das oficinas 1 - Inicial, 2 - Cotas de Reserva Ambiental, 3 - ICMS Ecológico, 4 - Cobrança pelo uso da água, 5 - Conversão de Multas Ambientais e 6 - Final, com detalhamento sobre as atividades, os participantes, instituições, questionamentos levantados, avaliação das atividades, planos de ação acordados, os encaminhamentos acordados e impressões sobre os encontros e o processo de aprendizagem.

- Prazo de entrega: 30.09.2020

Produto 4

Relatório final com a descrição de todas as atividades realizadas no processo de desenvolvimento de capacidades, avaliação expedita e recomendações sobre a continuidade do processo de aprendizagem e sobre o aperfeiçoamento dos IE.

- Prazo de entrega: 15.10.2020